

# **DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO DAS CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS NAS EMPRESAS DO IBEX 35**

Maria da Conceição Aleixo  
Instituto Politécnico de Setúbal – Escola Superior de Ciências Empresariais  
(conceicao.aleixo@esce.ips.pt)

Susana Silva  
Instituto Politécnico de Setúbal – Escola Superior de Ciências Empresariais  
(susana.silva@esce.ips.pt)

## **RESUMO**

Numa sociedade globalizada as concentrações de atividades empresariais assumem cada vez mais um papel preponderante. Em Espanha, em ou depois de 1 de Janeiro de 2005 todas as empresas cotadas em bolsa passaram a adotar a *International Financial Reporting Standard 3* (IFRS 3) no tratamento contabilístico das concentrações das atividades empresariais, o que obrigou novas imposições às empresas, no que diz respeito à divulgação e transparência dessa informação. Este estudo tem como principal objetivo analisar o nível de divulgação de informação requerida pela IFRS 3 das empresas que integram o índice IBEX 35, no ano 2018. A metodologia adotada consistiu na análise de conteúdo aos Relatórios e Contas Consolidados das empresas da amostra para o ano em análise. Os principais resultados obtidos revelam que a maioria das empresas não divulga todos os itens exigidos pela IFRS 3 no ano analisado.

**Palavras-chave:** concentrações de atividades empresariais; divulgação de informação financeira obrigatória; *international financial reporting standard 3* (IFRS 3); nível de cumprimento.

## **ABSTRACT**

In a globalized society business combinations are assuming an increasingly important role. In Spain, since 1st January 2005, all listed companies adopted the International Financial Reporting Standard 3 (IFRS 3). This accounting standard sets out the definitions and requirements to be given by entities about business combinations and which imposed new requirements on companies with regard to disclosure and transparency. The main objective of this study is to analyze the level of disclosure required by IFRS 3 from the IBEX 35 listed companies in 2018. The methodology adopted consisted of the content analysis of the Consolidated Reports and Accounts of the sample companies for the year 2018. Main results show that most companies do not disclosure all the items required by the IFRS 3 in the year under review.

**Keywords:** business combinations; disclosure of mandatory information; *international financial reporting standard 3* (IFRS 3); level of compliance.

## 1. INTRODUÇÃO

As concentrações de atividades empresariais cada vez mais assumem um papel fulcral numa sociedade global. Há um conjunto de fatores que levam as entidades a efetuar concentrações de atividades empresariais nomeadamente: (i) procura de sinergias entre empresas do mesmo setor de atividade, no sentido de aumentar o seu poder de negociação, aproveitando eventuais economias de escala e os canais de distribuição; e (ii) diversificação e obtenção de *Know-how* entre entidades de diferentes setores de atividade.

As concentrações de atividades empresariais permitem às empresas um alargamento do seu campo de ação e simultaneamente aumenta a competitividade no mercado nacional e internacional. Contudo, o processo é complexo tendo implicações diretas na cultura empresarial e compreende mudanças organizacionais ao nível dos recursos humanos, técnicos, financeiros e outros. Neste sentido, consideramos que os aspetos ligados ao tratamento contabilístico e divulgação das concentrações de atividades empresariais são bastante importantes e devem ser analisados.

O Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, emitido em 19 de Julho de 2002 pela União Europeia, constitui um marco de referência do início da concretização da estratégia definida ao nível da harmonização contabilística europeia, impondo obrigatoriedade às entidades com valores mobiliários cotados num mercado regulamentado de qualquer Estado membro de utilizarem as normas emanadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) na elaboração das suas demonstrações financeiras, consolidadas em ou depois de 1 de Janeiro de 2005.

Para cumprir o referido regulamento, todas as entidades europeias cotadas em bolsa passaram a ter que preparar as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro "*International Financial Reporting Standards* (IFRS)", incluindo as Normas Internacionais de Contabilidade "*International Accounting Standards* (IAS)" a partir do ano de 2005 (Marques, 2007). O referido regulamento veio dar "*resposta às crescentes necessidades em matéria de relato financeiro no contexto das profundas alterações ocorridas nos últimos anos na conjuntura económica e financeira e que se traduzem, designadamente, por concentrações de actividades empresariais a nível nacional, europeu e mundial. (...)*" (Lopes, 2010, p.15). Em Espanha, todas as empresas cotadas em bolsa passaram a adotar a IFRS 3 no tratamento contabilístico das concentrações de atividades empresariais.

A relevância deste estudo incide no facto das concentrações de atividades empresariais afetarem a atividade das empresas, bem como em consequência, as decisões dos investidores. Há uma maior necessidade das empresas prepararem as suas demonstrações financeiras consolidadas com base na IFRS 3, devido à globalização dos mercados de capitais, que levaram a um aumento da procura por parte dos investidores, analistas e

reguladores de demonstrações financeiras transparentes e comparáveis (Glaum *et al*, 2013). Neste sentido, têm sido desenvolvidos estudos que investigam o nível de divulgação da IFRS 3 em vários países com amostras e períodos de análise diferenciados (Tsalavoutas, Evans e Smith, 2010; Glaum *et al*, 2013; Fernandes, Lemos e Monteiro, 2013; Fernandes e Lourenço, 2014; Barros e Rodrigues, 2014; Santos, Ponte e Mapurunga, 2014; Silva, Sousa e Dalfior, 2014; Abdullah *et al*, 2015; Devalle, Rizzato e Busso, 2016; Mazzi *et al*, 2017).

Este estudo tem como objetivo analisar o nível de divulgação de informação requerida pela IFRS 3 das empresas que integram o índice IBEX 35 no ano de 2018 e foi formulada a seguinte questão de investigação:

- Qual o nível de divulgação de informação da IFRS 3 das empresas do IBEX 35 no ano 2018?

A pertinência deste estudo é a sua contribuição para fornecer orientações no trabalho dos auditores, investidores e normalizadores para além de possibilitar o desenvolvimento de trabalhos futuros de investigação sobre a divulgação de informação das concentrações de atividades empresariais.

O trabalho está estruturado de acordo com os seguintes pontos: (i) introdução; (ii) enquadramento teórico com a revisão da literatura que aborda a importância das concentrações de atividades empresariais e o normativo internacional que regula esta temática; (iii) a metodologia que inclui a seleção e a caracterização da amostra e a recolha de dados; (iv) a análise e discussão dos resultados; (v) conclusão e (vi) referências.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1. As concentrações de atividades empresariais**

O crescimento das empresas pode conseguir-se através do próprio desenvolvimento ou pela aquisição de outras empresas. A constituição de agrupamentos de entidades mediante a aquisição de unidades económicas ou pela constituição de empresas dá origem ao que normalmente se designa por Grupos (Silva, 2007).

As concentrações de atividades empresariais concedem às entidades algumas vantagens em termos de competitividade, de obtenção de sinergias e de diversificação de produtos. Nas últimas décadas tem-se assistido ao aparecimento e desenvolvimento de grupos económicos, essencialmente com o objetivo de superar os problemas de dimensão e eficiência exigidos no atual contexto económico. As formas de ligação que podem ser usadas são a concentrações de atividades empresariais, os acordos de cooperação, as alianças, os investimentos em associadas, os empreendimentos conjuntos, conglomerados, etc. (Marques, 2007). Lopes (2009), citando a IFRS 3, refere que uma concentração pode realizar-se por aquisição de partes de capital próprio de

outra entidade, fusões, aquisição de ativos que em conjunto formem uma ou mais atividades empresariais, assunção de passivos de outra entidade e obtenção do controle por contrato. A norma preconiza que todas as concentrações são consideradas aquisições e, por isso, a contabilização deve ser efetuada pelo método de aquisição.

A União Europeia atenta à importância que os grupos de empresas têm no tecido empresarial atual e à internacionalização das suas atividades, decidiu introduzir as normas internacionais de contabilidade e de relato financeiro e optou por as adotar na informação financeira consolidada destas entidades, pelo menos as que estão cotadas na Bolsa (Jiménez e Rebull, 2004).

No tratamento contabilístico das concentrações de atividades empresariais é de considerar o conceito de *goodwill* adquirido. Segundo a IFRS3 o *goodwill* resulta da diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis. Este deve ser reconhecido como um ativo pela adquirente, inicialmente mensurado pelo seu custo e após o reconhecimento inicial, pelo custo menos qualquer perda por imparidade acumulada (IFRS 3, 2014).

A IFRS 3 refere que o reconhecimento do *goodwill* é diferente consoante seja positivo ou negativo, sendo a sua contabilização também diferente, conforme a Figura 1:

**Figura 1: O Reconhecimento do *Goodwill***

Diferença entre o custo da concentração e a parte da entidade adquirente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida	
<b>POSITIVA</b>	<b>NEGATIVA</b>
<i>Goodwill</i>	<i>Goodwill</i> negativo ( <i>Badwill</i> )
<b>RECONHECIMENTO</b>	
ATIVO SUJEITO A TESTES DE IMPARIDADE	RESULTADOS

Fonte: Adaptado da IFRS 3 (IASB, 2018)

A IFRS 3 refere que o *goodwill* deve ser subsequentemente mensurado ao custo menos qualquer perda por imparidade acumulada, sujeito por isso a testes de imparidade. Estes testes deverão ser realizados anualmente independentemente de existir ou não qualquer indicação de imparidade e na data de relato se houver indicação de que o *goodwill* possa estar em imparidade.

Segundo Carvalho, Rodrigues e Ferreira (2010), a IFRS 3 "*incrementou substancialmente a complexidade da contabilização e divulgação do goodwill, quer em termos das técnicas exigidas na mensuração subsequente, quer no que respeita à natureza e nível de*

*divulgações exigidas*”. Em síntese, na mensuração subsequente do *goodwill* deverá ter-se em conta que o mesmo está sujeito a testes de imparidade e que as perdas de imparidade que possam advir desse teste não podem em períodos seguintes ser revertidas (Montiel e Lamas, 2007).

Vários estudos têm analisado ao longo dos anos o nível de cumprimento da divulgação obrigatória da IFRS 3 quer em países desenvolvidos quer em países em desenvolvimento. O estudo realizado por Glaum *et al* (2013) teve como objetivo analisar o nível de cumprimento da IFRS 3. Para o efeito utilizaram uma amostra de 357 empresas cotadas na bolsa de valores de 17 países europeus para o ano 2005. Os resultados obtidos indicam um nível médio de cumprimento de 72,8%. De entre as empresas analisadas, 12 procederam a todas as divulgações requeridas e o nível mínimo de cumprimento encontrado corresponde a duas empresas, que divulgaram apenas 12% daquilo que é exigido pela IFRS 3.

Fernandes, Lemos e Monteiro (2013) analisaram o nível de divulgação dos ativos intangíveis (AI's), concentração das atividades empresariais (CAE's) e *goodwill* nas demonstrações financeiras consolidadas de 51 empresas cotadas na bolsa de valores portuguesa para os anos fiscais 2009/2010 e 2010/2011. Os resultados obtidos pelos autores demonstraram que as empresas da amostra não divulgam na íntegra os itens exigidos pela IFRS 3, sendo que os itens mais divulgados são os que respeitam à identificação da empresa adquirida, percentagem de votos adquiridos e a quantidade bruta do *goodwill* no início e fim do período.

Fernandes e Lourenço (2014) examinaram o grau de cumprimento da divulgação obrigatória da IFRS 3 nos países emergentes através de uma amostra de 32 empresas (18 brasileiras e 14 russas) para o ano de 2012, que tinham efetuado concentrações de atividades empresariais. Ao recorrerem ao método quantitativo e análise de conteúdo, criaram um índice de divulgação de acordo com as exigências da IFRS 3 e os resultados revelaram que o nível de cumprimento com a divulgação exigida pela IFRS 3 nos países em análise era moderado, pois a média do índice situou-se nos 68,7%. Além disso, verificaram que os itens que as empresas mais divulgam é a data de aquisição, a percentagem adquirida, os ativos adquiridos e passivos assumidos nas aquisições de negócios e os menos divulgados estão relacionados com o *goodwill*, nomeadamente a sua descrição qualitativa e o seu efeito a nível fiscal.

Barros e Rodrigues (2014) também analisaram as concentrações das atividades empresariais no Brasil, tendo por base uma amostra constituída por 60 empresas que integraram o índice Bovespa para o ano 2011.

Realizaram uma pesquisa descritiva, qualitativa e adotaram como método de pesquisa a análise de conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas e dos relatórios de contas

dessas empresas. Os autores concluíram que várias empresas não divulgam a informação de acordo com as exigências constantes da IFRS 3, não assegurando, por isso, as características qualitativas da informação financeira exigidas pelo normativo.

No mercado brasileiro Santos, Ponte e Mapurunga (2014) examinaram o nível de conformidade por parte das empresas não financeiras brasileiras com a divulgação requerida pelas IFRS no primeiro ano da sua adoção e quais os fatores ou características das empresas que podem explicar as diferenças no grau de divulgação. A amostra final compreendia 366 empresas não financeiras. Criaram um índice de conformidade da divulgação com 638 itens de divulgação obrigatória requeridos pelas IFRS através da análise de conteúdo dos relatórios e contas das empresas. Os resultados revelaram que o índice de conformidade geral das empresas brasileiras, no primeiro ano de adoção do IFRS, situou-se entre 16% e 34%, ou seja, a conformidade foi apenas parcial.

Silva, Sousa e Dalfior (2014) analisaram, também, até que ponto as informações apresentadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 60 empresas brasileiras listadas na bolsa de valores para o período 2012-2013, atendem os requisitos de divulgação de concentrações de atividades empresariais. Seguiram a análise descritiva, documental e quantitativa, tendo concluído que os itens com maior nível de cumprimento (acima de 83%) diziam respeito ao nome da empresa adquirida, à data da transação, ao valor da transação.

Abdullah *et al*/ (2015) analisaram o cumprimento das exigências de divulgação de 12 IFRS pelas empresas da Malásia. Para o efeito, os autores utilizaram uma amostra de 221 empresas cotadas na bolsa de valores da Malásia e procederam à sua análise para o ano de 2008, sendo o índice de divulgação composto por 295 itens. Os resultados obtidos pelos autores revelaram que o nível de cumprimento da IFRS3 variou de 13% (mínimo) a 100%, (máximo) com uma média de 80%.

Correia (2015) analisou uma amostra constituída pela totalidade dos grupos não financeiros cotados no índice bolsista PSI 20, que representassem a sociedade-mãe e que se encontrassem nas condições requeridas para apresentarem informações consolidadas, num total de 14 empresas. A análise incidiu sobre os anos 2005 e 2013. Os resultados obtidos concluem que o nível de divulgação aumentou, comparando o ano 2005 como o ano 2013, embora as empresas nem sempre divulguem os itens requeridos pela IFRS 3 quando realizam concentrações de actividades empresariais. Os itens mais divulgados referem-se ao nome e descrição da empresa adquirida, à percentagem de instrumentos de capital próprio com direito a voto, à data de aquisição e às quantias reconhecidas à data de aquisição para cada classe de ativos, passivos e passivos contingentes assumidos. Em contrapartida, os itens menos divulgados referem-se à descrição dos custos da concentração, à quantia dos resultados da adquirida desde a data de aquisição incluída

nos resultados da adquirente do período e aos ativos intangíveis reconhecidos separadamente do *goodwill*.

Devalle, Rizzato e Busso (2016) realizaram um estudo que teve como objetivo analisar a divulgação obrigatória exigida pela IAS 38, IAS 36 e IFRS 3 em 189 empresas cotadas na Bolsa de Valores Italiana, com referência ao ano de 2010. Os resultados obtidos referem que as empresas não cumprem com as divulgações obrigatórias exigidas pelas três normas analisadas, mas por outro lado, verifica-se que existe um aumento das notas divulgadas no Anexo ao Relatório e Contas que, segundo os autores, poderá ser devido às exigências de divulgação impostas pelas IFRS. O nível de cumprimento variou entre 34,96% (mínimo) e 74,17% (máximo).

Castro e Oliveira (2016) analisaram o nível de cumprimento das divulgações estabelecidas pelo CPC 15 (R1), correspondente à IFRS 3 no Brasil. A amostra foi constituída pelas empresas que compõem o índice Ibovespa no ano 2013. Os resultados obtidos evidenciam um nível de cumprimento de cerca de 53,36% dos itens exigidos pelo normativo e concentram-se sobretudo nas informações gerais relativas ao nome da empresa adquirida e data de aquisição e a diferença paga como ágio da aquisição. As razões que motivaram a aquisição e o impacto da mensuração ao justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos raramente são referidos.

Mazzi *et al* (2017) analisaram o nível de cumprimento das divulgações obrigatórias exigidas pela IFRS 3 e IAS 36 para uma amostra de 214 empresas europeias, com referência ao período 2008-2011. Os resultados obtidos revelaram que em média as empresas cumprem 83% dos itens, embora com alguma variabilidade. Os resultados obtidos pelos autores evidenciam que os itens menos divulgados referem-se essencialmente em relação a informação privada do negócio.

A Tabela 1 sintetiza a revisão de literatura sobre a divulgação de informação da IFRS 3.

**Tabela 1: Síntese da revisão de literatura**

<b>Autor(es)</b>	<b>País(es)</b>	<b>Ano</b>	<b>Amostra</b>	<b>Principais Conclusões</b>
Glaum <i>et al</i> (2013)	17 Países da Europa	2005	357	Os resultados obtidos revelaram um nível médio de cumprimento de 72,8%.
Fernandes, Lemos e Monteiro (2013)	Rússia e Brasil	2012	32	Os resultados obtidos revelaram um nível médio de cumprimento de 68,7%.
Barros e Rodrigues (2014)	Brasil	2011	60	Os resultados obtidos revelaram que várias empresas não divulgam a informação requerida pela IFRS 3.
Santos, Ponte e Mapurunga (2014)	Brasil	2010	366	Os resultados obtidos revelaram que o índice de conformidade geral das empresas brasileiras, no primeiro ano de adoção do IFRS, situou-se entre 16% e 34%.
Silva, Sousa e Dalfior (2014)	Brasil	2012-2013	60	Os resultados obtidos revelaram que os itens mais divulgados (acima de 83%) dizem respeito ao nome da empresa adquirida, à data e ao valor da transação.
Abdullah <i>et al</i> (2015)	Malásia	2008	221	Os resultados obtidos revelaram um nível médio de cumprimento de 80%.
Correia (2015)	Portugal	2005 e 2013	14	Os resultados obtidos revelaram um nível de cumprimento baixo, quanto aos itens requeridos pela IFRS 3, embora revelando um aumento de divulgação entre os anos analisados.
Devalle, Rizzato e Busso (2016)	Itália	2010	189	Os resultados obtidos revelaram que as empresas não cumprem com as divulgações obrigatórias exigidas pelas três normas analisadas (IAS 38, IAS 36 e IFRS 3). O nível de cumprimento variou entre 34,96% e 74,17%.
Castro e Oliveira (2016)	Brasil	2013	65	Os resultados obtidos revelaram que apenas 53,36% dos requisitos do normativo foram cumpridos.
Mazzi <i>et al</i> (2017)	16 Países da Europa	2008-2011	214	Os resultados obtidos revelaram um nível médio de cumprimento de 83%.

Fonte: Elaboração própria



## 2.2. O normativo internacional

O objetivo da IFRS 3 é preconizar o tratamento contabilístico das concentrações de atividades empresariais estabelecendo princípios e requisitos a adotar pela entidade adquirente. Uma concentração de atividades empresariais *é, "uma transacção ou outro acontecimento em que uma adquirente obtém o controlo sobre uma ou mais actividades empresariais"* (IFRS 3, 2018). A norma faz alusão ao conceito de controlo, que consiste *"no poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade de forma a obter benefícios das suas actividades"* (IFRS 3, 2018). Este controlo pode ser obtido por uma das seguintes vias: (i) transferências de caixa ou equivalentes de caixa ou outros ativos; (ii) passivos; (iii) emissão de interesses de capital próprio; (iv) proporcionando mais de um tipo de retribuição; e (v) apenas por contrato.

O método a utilizar na contabilização de uma concentração empresarial é o método de aquisição que exige: (i) identificação da entidade adquirente, (ii) data de aquisição, (iii) reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e interesses sem controlo, e (iv) o reconhecimento e mensuração do *goodwill* como um ativo ou do ganho obtido de uma compra a preço baixo (IFRS 3, 2018).

Em termos de relato financeiro a norma faz referência a um conjunto de vários itens, que se encontram previstos nos parágrafos 59 a 63 e que devem ser divulgados de modo a permitir que os utentes das demonstrações financeiras possam avaliar a natureza e o efeito financeiro resultante de uma concentração de atividades empresariais. Por outro lado as empresas devem também divulgar os efeitos financeiros dos ajustamentos efetuados no período de relato relacionados com as concentrações empresariais realizadas nesse ano ou em anos transatos discriminados na Tabela 2.

**Tabela 2: Informação a divulgar exigida pela IFRS 3**

<b>Informações a Divulgar</b>	
-	<p><i>"A adquirente deve divulgar informação que permita aos utentes das demonstrações financeiras avaliar a natureza e o efeito financeiro de uma concentração de actividades empresariais que ocorra:</i></p> <p><i>a) durante o período de relato corrente; ou</i></p> <p><i>b) após o fim do período de relato mas antes de as demonstrações financeiras receberem autorização de emissão."</i></p>
-	<p><i>"Para cumprir o objectivo do parágrafo 59, a adquirente deve divulgar a informação especificada nos parágrafos B64-B66."</i>(Apêndice B da norma)</p>
-	<p><i>"A adquirente deve divulgar informação que permita aos utentes das suas demonstrações financeiras avaliar os efeitos financeiros de ajustamentos reconhecidos no período de relato corrente que se relacionam com concentrações de actividades empresariais que tenham ocorrido no período ou em períodos de relato anteriores."</i></p>
-	<p><i>"Para cumprir o objectivo do parágrafo 61, a adquirente deve divulgar a informação especificada no parágrafo B67."</i>(Apêndice B da norma)</p>
-	<p><i>"Se as divulgações específicas exigidas por esta e outras IFRS não cumprirem os objectivos estabelecidos nos parágrafos 59 e 61, a adquirente deve divulgar quaisquer informações adicionais que sejam necessárias para cumprir esses objectivos."</i></p>

Fonte: IFRS 3 (IASB, 2018, §§59-63)

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. Seleção e caracterização da amostra**

Para a seleção da amostra tomou-se como referência as empresas que integravam o índice IBEX 35 reportado à data de 31 de dezembro de 2018. O IBEX 35 é o principal índice de referência do mercado de capitais espanhol. É composto pelas ações das 35 maiores empresas cotadas na bolsa de valores de Espanha e reflete a evolução dos preços dessas ações, que são as de maior liquidez entre as negociadas no mercado espanhol. Este índice constitui um indicador neutro e credível, para além de que essas empresas têm uma responsabilidade acrescida na divulgação da sua informação.

Em 31/12/2018, estavam cotadas nas IBEX 35, 34 empresas, discriminadas na Tabela 3 por setor de atividade.

**Tabela 3: Empresas que integram o índice IBEX 35**

<b>Empresas</b>	<b>Sector de Atividade</b>
ACCIONA	Promoção e gestão de infraestruturas e energias renováveis
ACERINOX	Produção de aço inoxidável
ACS	Indústria de construção e serviços industriais
AENA	Operadora aeroportuária
AMADEUS	Sistema de reservas por computador
ARCELORMIT.	Indústria de Aço
BA. SABADELL	Serviços Financeiros
BANKIA	Serviços Financeiros
BANKINTER	Serviços Financeiros
BBVA	Serviços Financeiros
CAIXABANK	Serviços Financeiros
CELLNEX	Telecomunicações
CIE AUTOMOTIVE	Produção de componentes para o mercado automotivo
ENAGAS	Indústria de gás natural
ENDESA	Indústria de eletricidade
FERROVIAL	Operador global de infraestruturas
GRIFOLS CL.A	Indústria farmacêutica e química
IAG	Companhia área
IBERDROLA	Distribuição de gás natural e geração e distribuição de
INDITEX	Indústria Têxtil
INDRA A	Consultoria e Tecnologia
INMOBILIARIA COLONIAL	Imobiliário
MAPFRE	Seguros
MEDIASET	Televisão
MELIA	Hotelaria
MERLIN PROP	Imobiliário
NATURGY	Gás natural e energia elétrica
R.E.C.	Elétrico
REPSOL	Energético
SANTANDER	Serviços Financeiros
SIEMENS GAMESA RENEWABLE ENERGY	Engenharia e tecnologia
TEC. REUNIDAS	Desenho e construção de instalações petroquímicas, centrais elétricas e
TELEFONICA	Telecomunicações
VISCOFAN	Produção de tripas de carne

Fonte: <https://datosmacro.expansion.com/bolsa/espana?dr=2018-12>

Das 34 empresas que integravam o IBEX 35 a 31 de dezembro de 2018, selecionou-se uma amostra constituída por 33 empresas, uma vez que a R.E.C. foi excluída por não ter disponível o Relatório e Contas Consolidado para o ano em análise.

### **3.2. Recolha de dados**

O objetivo deste estudo é analisar o nível de divulgação de informação dos requisitos da IFRS 3 das empresas que integram o índice IBEX 35 com referência ao ano 2018. Para cumprir este objetivo a informação foi recolhida pela consulta das respetivas páginas de

*Internet*, das empresas em estudo.

A metodologia adotada consistiu na análise dos Relatórios e Contas Consolidados das empresas da amostra para o ano em análise – 2018, sendo utilizada a análise de conteúdo para a recolha de dados pois esta metodologia é, segundo a literatura, a abordagem mais indicada para este tipo de estudo. Segundo Silverman (2009), a análise de conteúdo é uma metodologia que pode ser aplicada aos estudos financeiros. Nestes, as demonstrações financeiras são analisados de acordo com os objetivos da investigação e as atividades das empresas que produzem as mesmas. Deste modo, a análise incidiu sobre os itens exigidos pelo normativo internacional em termos de divulgação no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A informação analisada em cada uma das empresas da amostra teve como base os itens exigidos pelo normativo internacional – IFRS 3 já referidos anteriormente no ponto 2.2, os quais foram analisados de modo a assinalar a presença ou a ausência de informação, do seguinte modo:

- **D (Divulgam)** – para os requisitos divulgados pela empresa, tendo sido atribuído o valor de 1;
- **ND (Não Divulgam)** – para os requisitos não divulgados pela empresa, tendo sido atribuído o valor de 0;
- **NA (Não Aplicável)** – para os requisitos não aplicáveis à empresa.

Neste sentido e para analisar o nível de divulgação de informação das concentrações de atividades empresariais foi utilizado um índice de divulgação (IND) relativo ao nível de cumprimento dos itens exigidos pela IFRS 3, à semelhança de outros autores (Tsalavoutas, Evans e Smith, 2010) que também utilizaram índices de divulgação para medir o nível de divulgação obrigatória da IFRS 3.

O índice foi calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IND = \frac{\sum_{i=1}^n di}{\sum_{j=1}^m dj}$$

Onde  $di$  representa o total de itens divulgados pela empresa e  $dj$  representa o total de itens exigidos pela IFRS 3 e que cada empresa deveria ter divulgado.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste ponto são apresentados e discutidos os resultados do estudo tendo em consideração as divulgações obrigatórias exigidas em termos do normativo internacional. A Tabela 4 apresenta os resultados referentes à informação financeira sobre concentrações de atividades empresariais divulgada pelas empresas do IBEX 35 no ano 2018, de acordo com o preconizado nos parágrafos 59-63 da IFRS 3.

**Tabela 4: Informação financeira sobre Concentrações de Atividades Empresariais divulgada pelas empresas do IBEX 35 no ano de 2018, de acordo com a IFRS 3**

Informação Financeira	Divulgam		Não Divulgam		Não Aplicável		Total	
	Nº	%	N	%	N	%	N	%
O nome e uma descrição da adquirida.	19	57,6	-	-	14	42,4	33	100
A data de aquisição.	19	57,6	-	-	14	42,4	33	100
Custo da concentração e descrição dos componentes desse custo.	19	57,6	-	-	14	42,4	33	100
A percentagem de interesses de capital próprio com direito a votos adquiridos.	19	57,6	-	-	14	42,4	33	100
As principais razões para a Concentração de atividades empresariais e uma descrição de como a adquirente obteve o controlo da adquirida.	19	57,6	-	-	14	42,4	33	100
Uma descrição qualitativa dos factores que compõem o <i>Goodwill</i> .	6	18,2	13	39,4	14	42,4	33	100
O justo valor à data da aquisição da retribuição total transferido e o justo valor à data aquisição de cada principal classe de retribuição.	17	51,5	2	6,1	14	42,4	33	100
As quantias reconhecidas à data de aquisição para cada principal classe de ativos adquiridos e passivos assumidos.	14	42,4	5	15,2	14	42,4	33	100
A quantia do <i>Goodwill</i> dedutível para efeitos fiscais.	2	6,1	17	51,5	14	42,4	33	100
Uma reconciliação da quantia escriturada do <i>Goodwill</i> no início e no fim do período de relato.	27	81,8	4	12,1	2	6,1	33	100
Interesses Minoritários	25	75,7	6	18,2	2	6,1	33	100
Os réditos, lucros ou prejuízos da adquirida desde a data de aquisição incluídos na demonstração de rendimentos integral.	2	6,1	29	87,8	2	6,1	33	100

Fonte: Elaboração própria

Pela análise dos resultados obtidos, no ano de 2018, verifica-se que quando existe concentrações de atividades empresariais nas empresas analisadas os itens mais divulgados de acordo com a IFRS 3 são:

- o nome e uma descrição da adquirida (57,6%);
- a data de aquisição (57,6%);
- o custo da concentração e descrição dos componentes desse custo (57,6%);
- a percentagem de interesses de capital próprio com direito a voto adquirido (57,6%);
- as principais razões para a concentração de atividades empresariais e uma descrição de como a adquirente obteve o controlo da adquirida (57,6%);
- a reconciliação da quantia escriturada do *Goodwill* no início e no fim do período (81,8%);
- os interesses minoritários (75,7%).

Das dezanove empresas que realizaram concentrações de atividades empresarias no ano de 2018, apenas duas não divulgam “o justo valor à data da aquisição da retribuição total transferido e o justo valor à data aquisição de cada principal classe de retribuição”, tendo este item uma percentagem de divulgação de 51,5%.

Todas elas divulgam, o nome e uma descrição da adquirida, o custo da concentração e descrição dos componentes desse custo, a percentagem de interesses de capital próprio com direito a votos adquiridos e as principais razões para a concentração de atividades empresarias e uma descrição de como a adquirente obteve o controlo da adquirida.

Relativamente aos itens menos divulgados salientam-se os seguintes:

- os réditos lucros ou prejuízos da adquirida desde a data de aquisição incluídos na demonstração de rendimentos integral (87,8%);
- a quantia do *Goodwill* dedutível para efeitos fiscais (51,5%);
- uma descrição qualitativa dos fatores que compõem o *Goodwill* (39,4%).

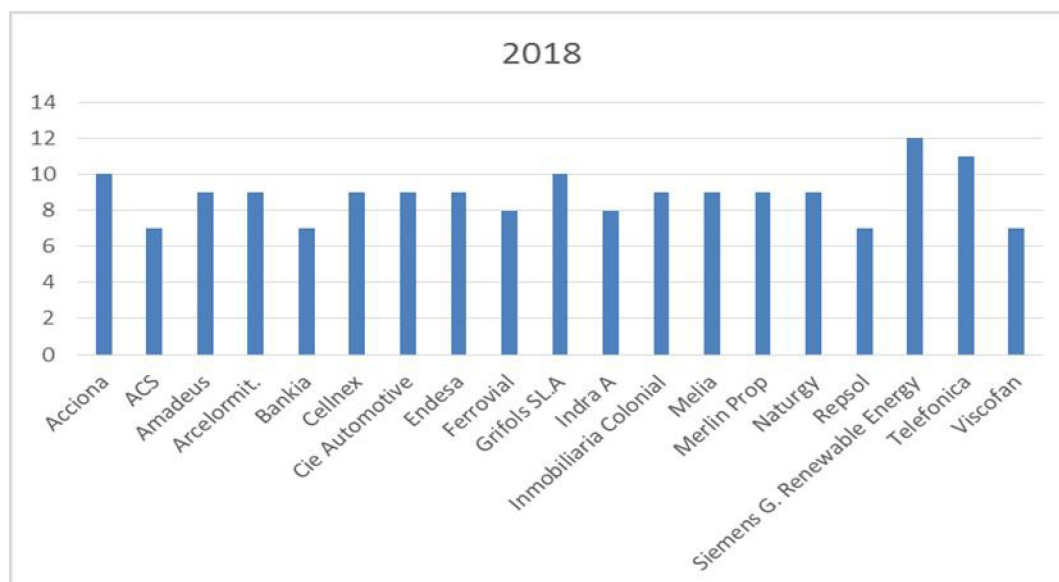
Salienta-se o facto de existirem catorze empresas que não efetuaram concentrações de atividades empresarias durante o ano de 2018, o que representa 42,4% da amostra.

Os resultados obtidos neste estudo, corroboram os resultados obtidos nos estudos de Fernandes, Lemos e Monteiro (2013), Fernandes e Lourenço (2014) e Silva, Sousa e Dalfior (2014) uma vez que os itens mais divulgados nos seus estudos também respeitavam à identificação da empresa adquirida, percentagem de votos adquiridos e a

quantidade bruta do *goodwill* no início e fim do período.

O Gráfico 1 analisa as empresas que realizaram concentrações de atividades empresariais no ano em análise, bem como a relação que existe entre as mesmas e os itens de divulgação cumpridos.

**Gráfico 1: Número de itens cumpridos**



Fonte: Elaboração própria

Analisando o Gráfico 1, verifica-se que o número de itens cumpridos pelas 19 empresas da amostra, que realizaram concentrações de atividades empresariais no ano 2018, varia entre 7 e 12, num total de 12 itens requeridos pela IFRS 3. Apenas a "Siemens Gamesa Renewable Energy" cumpre na totalidade com os itens requeridos pelo normativo analisado, seguida da "Telefonica" com 11 itens de divulgação cumpridos e a "Acciona" e a "Grifols CL.A" com 10.

Verifica-se contudo, que a totalidade das 19 empresas apresenta um nível de divulgação superior a 58%, e que cerca de 73,7% das mesmas apresenta um nível de cumprimento maior ou igual a 75%. Estes resultados indiciam alguma preocupação por parte das empresas espanholas em cumprir o requerido no normativo aplicável.

As empresas "ACS", "Bankia", "Repsol" e "Viscofan" são as que apresentam um menor nível de divulgação, de cerca de 58,3%, correspondente a 7 itens divulgados do total dos 12 itens obrigatórios.

## 5. CONCLUSÃO

Os grupos económicos têm cada vez mais um peso significativo no tecido empresarial espanhol, que aliado ao aumento das operações de concentrações de atividades empresariais das empresas, motivaram-nos para a realização deste estudo. O principal objetivo foi analisar o nível de divulgação de informação divulgada pelas empresas que integram o índice IBEX 35, reportado à data de 31 de dezembro de 2018, de acordo com o normativo internacional que regula esta matéria – IFRS 3.

Para a concretização deste objetivo analisámos os Relatórios e Contas Consolidados das empresas selecionadas relativamente ao ano 2018.

Os resultados obtidos demonstram que os itens mais divulgados são os que respeitam à identificação da empresa adquirida, data da operação, percentagem de interesses de capital próprio, custo da concentração, reconciliação do *Goodwill* e os interesses minoritários. Os itens menos divulgados respeitam à evolução dos réditos lucros ou prejuízos da adquirida desde a data de aquisição incluídos na demonstração de rendimentos integral.

Relativamente à análise dos itens de divulgação cumpridos, e tendo em atenção a realização de concentrações de atividades empresariais por parte das empresas analisadas, os resultados obtidos demonstram que, as empresas mais cumpridoras são a “Siemens Gamesa Renewable Energy”, a “Telefonica”, a “Acciona” e a “Grifols CL.A”. As empresas “ACS”, “Bankia”, “Repsol” e “Viscofan” são as menos cumpridoras no que diz respeito ao número de itens de divulgação requeridos.

Os resultados demonstraram que as empresas analisadas quando realizam uma concentração de atividades empresariais, nem sempre divulgam a totalidade dos itens exigidos pelo IFRS 3, embora o nível de divulgação seja sempre superior a 58% e, na sua grande maioria, atingindo níveis de cumprimento na ordem dos 75% ou mais.

Futuramente, consideramos interessante, através da utilização de novas metodologias, analisar o nível de divulgação da IFRS 3 em outros países de modo a fazer uma análise comparativa.

## BIBLIOGRAFIA

- Abdullah, M., Evans, L., Fraser, I. & Tsalavoutas, J. (2015). IFRS Mandatory disclosures in Malaysia: the influence of family control and the value (ir)relevance of compliance levels. *Accounting Forum* 39, pp. 328–348.
- Barros, T. D., & Rodrigues, A. M. (2014). Concentrações de atividades empresariais: Uma Análise das Concentrações de atividades empresariais e dos Ativos Intangíveis no Brasil . *Gestão, Finanças e Contabilidade*, 112-136.



- Carvalho, C., Rodrigues, A. M. & Ferreira, C. (2010). Imparidade do *goodwill* na transição para a IFRS3: o caso português. Estudos do ISCA – Série IV – Nº 1.
- Castro, W. B., Oliveira, A. V. (2016). Nível de Evidenciação de Combinações de Negócios nas empresas listadas na Bolsa de São Paulo. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 8(1), 90-101, jan/mar.
- Devalle, A., Rizzato, F. & Busso, D. (2016). Disclosure indexes and compliance with mandatory disclosure – The case of intangible assets in the Italian market. *Advances in Accounting*, 35, 8-25.
- Fernandes, S. & Lourenço, I. (2014). O cumprimento da Divulgação Obrigatória da IFRS3 nos Países Emergentes. In TMS Algarve: Management Studies International Conference, 1-28.
- Fernandes, K., Lemos, K., & Monteiro, S. (2013). Divulgação de Informação sobre Ativos Intangíveis, Concentrações de atividades empresariais e *Goodwill* – Evidência Empírica nas Empresas Cotadas na Bolsa de Valores Portuguesa. *XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria*. Lisboa.
- Glaum, M., Schmidt, P., Street, D. L. & Vogel, S. (2013). Compliance with IFRS 3- and IAS 36-required disclosures across 17 European countries: company- and country-level determinants. *Accounting and Business Research*, 43:3, 163-204.
- Correia, M. C. G. (2015). Impacto da IFRS 3 na divulgação das Concentrações de Atividades Empresariais – Análise dos grupos não financeiros cotados no PSI 20, Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Universidade de Coimbra.
- International Accounting Standards Board (IASB) (2014): Business Combinations, *International Financial Reporting Standard No. 3*, Revised, London: IASB.
- Jensen, M., & Meckling, W. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(2), 305–360.
- Jiménez, J. J. A. & Rebull, M. V. S. (2004). La información consolidada de los grupos cotizados. *Revista Partida Doble*, 153, Sección Artículos.
- Lopes, C. A. R. (2010). *Consolidação de Contas*, 1ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa.
- Lopes, C. A. R. (2009). As recentes alterações das normas contabilísticas no âmbito da concentração de actividades empresariais (SNC e IFRS). *Revista TOC*, 117, 44-50.
- Marques, M. C. C. (2007). As concentrações de actividades empresariais segundo a IFRS 3. *Revista Revisores e Auditores*, Jul/Set, 17-28.
- Mazzi, F., André, P., Dionysiou, D. e Tsalavoutas, I. (2017). Compliance with Goodwill Related Mandatory Disclosure and the Cost of Equity Capital. *Accounting and Business Research*, 47 (3), 268-312.
- Montiel, M. D. S. & Lamas, F. R. (2007). Normativo contabilístico internacional e o *goodwill* nas concentrações de actividades empresariais. *Revista CTOC*, 87, 32-39.
- Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, 19 de Julho de 2002 relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, 11 de Setembro de 2002, 45, L 243.
- Santos, E. S., Ponte, V. M. R. & Mapurunga, P. V. R. (2014). Adoção Obrigatória do IFRS no Brasil (2010): Índice de Conformidade das Empresas com a Divulgação Requerida e Alguns Fatores Explicativos. *Revista Contabilidade e Finanças da Universidade de São Paulo*, 25(65), 161-176.
- Silva, L. A., Sousa, C. A., & Dalfior, V. A. (2014). CPC 15 (R1) – Concentrações de

atividades empresariais – Análise das informações divulgadas pelas principais companhias da BOVESPA. *XII Simpósio de excelência em gestão e tecnologia*. Brasil.

- Silva, S. (2007). Ajustamentos de consolidação decorrentes de transações comerciais entre empresas industriais pertencentes ao mesmo Grupo económico. *Revista Revisores e Auditores* Out/Dez, 25-35.
- Silverman, H. I. (2009). Qualitative Analysis In Financial Studies: Employing Ethnographic Content Analysis. *Journal of Business & Economics Research*, 7(5), 133-136.
- Tsalavoutas, I., Evans, L., & Smith, M. (2010). Comparison of two methods for measuring compliance with IFRS mandatory disclosure requirements. *Journal of Applied Accounting Research*, Vol. 11, No. 3, pp. 213-228.
- Wartfield, T. D., J. J. Wild & K. L. Wild (1995). Managerial ownership, accounting choices and informativeness of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 20, No. 1, pp. 61-91.